

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO AO LAZER

ANA PAULA ANTUNES DA SILVA

**FLORIANÓPOLIS
2018**

ANA PAULA ANTUNES DA SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO AO LAZER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pelo Professor Dr. Helder Boska de Moraes Sarmento.

**Florianópolis
2018**

ANA PAULA ANTUNES DA SILVA

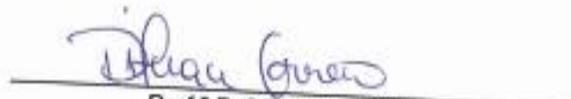
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO AO LAZER

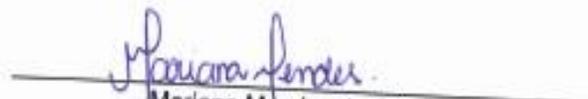
Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 26 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientador


Prof.ª Dr.ª Dilceane Carraro
Departamento de Serviço Social - UFSC
1ª Examinadora


Mariana Mendes de Oliveira
Assistente Social
2ª Examinadora

Dedico este trabalho ao amor da minha vida, minha mãe. Meu maior e melhor exemplo de mulher guerreira. Sua história de vida e superação foi que me deu em alguns momentos a esperança para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Começo os agradecimentos direcionando primeiramente ao grande amor da minha vida, minha mãe Mari, mulher guerreira e de luta, meu maior exemplo.

No segundo momento, direciono estes agradecimentos ao meu irmão Bruno e às minhas tias. À minha segunda família: Gilmara e Flávio. Tenho um carinho imenso por vocês.

Agradeço ao meu companheiro de longa data, Mateus, pela parceria de sempre, por cuidar de mim, por estar presente em todos os momentos. A você, todo meu amor.

Agradeço a todos os profissionais do Centro POP de Florianópolis que me acolheram com muito carinho, meus futuros colegas de trabalho. Agradeço em especial a assistente social Thaís, com quem tanto pude aprender. Agradeço a todos os envolvidos no projeto de intervenção que realizei durante o estágio.

Agradeço aos amigos que conquistei no decorrer desse curso, amizades que levarei para minha vida.

Agradeço aos professores do curso de Serviço Social, em particular à Maria Teresa, que me acompanhou desde o início de minha trajetória; ao meu orientador Helder, que teve um papel fundamental na construção deste trabalho; ao Claudemir, por proporcionar dois semestres de muito aprendizado durante a bolsa monitoria.

Agradeço a banca examinadora pelas contribuições e por aceitarem o convite.

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especial a todas as pessoas em situação de rua com quem pude ouvir suas histórias de vida, dificuldades, sonhos, alegrias, tristezas e acima de tudo muito aprendizado. Hoje, a rua passou a ter outro olhar e sentido.

A todos os assistentes sociais que seguem na luta.

SILVA, A.P.A. **População em situação de rua e o direito ao lazer**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RESUMO

Este trabalho propõe o estudo do lazer da população em situação de rua a partir do projeto de intervenção realizado no Centro POP de Florianópolis, no período de agosto de 2017 a novembro de 2017. Essa análise tem como objetivo compreender brevemente o lazer enquanto direito social previsto na Constituição Federal de 1988. Durante a execução do projeto foi possível realizar um breve levantamento das necessidades da população em situação de rua e acessar de forma democrática os equipamentos de lazer no município. Para fomentar esse estudo, busquei apropriar-me das leituras de autores que estudam o lazer, tais como: Padilha (2006), Pellegrin (2006), Marcellino (2007) e de leituras de trabalhos de autoras que pesquisam o fenômeno população em situação de rua, em especial, Silva (2009). Por meio desse estudo, procurou-se aproximar da realidade dos usuários frequentadores do Centro POP e participantes do projeto de intervenção de estágio voltado para ações de lazer. Os resultados identificados foram que ainda é visível uma grande insuficiência nas ações do poder público que caracteriza o lazer em seus programas e não o efetivam enquanto direito social. Além disso, são escassas as possibilidades existentes de espaços e equipamentos públicos que possam ser usufruídos para o lazer, pois muitas vezes, esses espaços são demarcados pela lógica capitalista.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Lazer e Direito Social. Espaços de Lazer.

SILVA, A.P.A. Population in street situation and the right to leisure. Conclusion of a Course in Social Work - Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ABSTRACT

This study was selected as the study of the leisure of the population in street situation highlighted in the year 2017. This analysis aims to be brief as the right social leisure provided in the Federal Constitution of 1988. During the execution of the research project was carried out with the aim of obtaining a perspective on the situation of democratic education in leisure equipment without municipality. For this study, I have sought the readings of authors who study leisure, such as: Padilha (2006), Pellegrin (2006) and Marcellino (1996) and Alves (2012), and readings of works by authors who search the same as in situation in particular, Silva (2009). Through the teaching project, we look for the reality of users who frequent the POP Center and the participants in the action project focused on leisure actions. The results were even broader in the actions of the public power that present their own programs and not the same social rights. In addition, there are few possibilities of spaces and equipment that are enjoyed for leisure, as they are often spaces are demarcated by the capitalist logic.

Keywords: Population in Street Situation; Recreation and Social Law; Recreation Spaces.

LISTA DE SIGLAS

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

FMEF – Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis

GMF – Guarda Municipal de Florianópolis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis

MNPR – Movimento Nacional População em Situação de Rua

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNE – Política Nacional de Esporte

PSR – População em Situação de Rua

SESC – Serviço Social do Comércio

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO REALIZADO NO CENTRO POP DE FLORIANÓPOLIS: ATIVIDADES DE LAZER PARA PSR	4
2.1 A PNAS e o Centro POP	4
2.2 O projeto de intervenção	5
2.3 A execução do Projeto	7
3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	17
3.1 Concepção	17
3.2 Perfil	19
4 O LAZER ENQUANTO DIREITO SOCIAL	22
4.1 O lazer e os direitos sociais	22
4.2 Apontamentos teóricos e políticos sobre o lazer	24
4.3 Espaços de lazer em Florianópolis.....	26
5 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES AOS USUÁRIOS DO CENTRO POP.....	34
5.1 A concepção de lazer e esporte e o exercício profissional	34
5.2 Limites sócio institucional ao lazer e esporte	39
5.3 O lazer e o esporte e a construção da participação no exercício profissional do assistente social.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Embora o debate sobre os direitos sociais venha aumentando na sociedade e ganhando destaque, ainda é pequena a disponibilidade de contribuições ofertadas pela área de Serviço Social acerca da análise do lazer enquanto direito social. Portanto, considera-se visíveis os avanços no que se refere a discussão sobre o lazer, mas é evidente a escassez das ações governamentais que caracteriza o lazer em seus programas e não o efetivam enquanto direito social.

Dessa forma, alguns autores têm realizado suas próprias contextualizações, elaborando diferentes conceitos em seus estudos ao longo dos anos, envolvendo elementos como: trabalho, tempo livre, ócio, recreação, direito social e entre outros. Logo, este trabalho pretende analisar o direito ao lazer da PSR do município de Florianópolis (SC), tomando como referência as ações do projeto de intervenção realizado no Centro POP durante o período do estágio obrigatório em Serviço Social III.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de mais produções na área do Serviço Social acerca do tema, bem como despertar o poder público para um olhar mais preciso ao lazer. Além disso, nas buscas realizadas verificou-se que são poucas as referências bibliográficas que envolvem a temática lazer e a PSR, o que evidencia a relevância do presente estudo. Justifica-se que na Constituição Federal de 1988 o lazer é considerado como um direito social, compete também ao profissional de Serviço Social promovê-lo, garanti-lo e defendê-lo, assim como prevê o próprio Código de Ética e a lei que regulamenta a profissão.

O Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para População de Rua – PNPR também apresenta no Art. 7º, como um de seus principais objetivos, assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas, destacando o lazer como um direito da PSR.

Diante disso, a experiência do projeto de intervenção realizado no Centro POP motivou a refletir sobre as limitações ao acesso e a distribuição desigual dos equipamentos de lazer e suas relações com a democracia. Nesse sentido, ao fazer as primeiras observações no município de Florianópolis, percebe-se uma ausência de ofertas de espaços públicos e equipamentos adequados para o lazer. É em meio a essa

problemática do acesso e uso dos equipamentos de lazer na cidade que se passa a questionar como se dá a efetivação do direito ao lazer desse segmento que muitas vezes encontra-se excluído, seja pelo preconceito, pela fragilidade e rompimento de vínculos familiares, pela violência vivenciada nas ruas, pela falta de condições mínimas de sobrevivência e pela falta de espaços públicos para participação nas discussões a respeito de seus interesses.

Dentro desta perspectiva, muitas vezes os espaços são demarcados em terrenos particulares e/ou encontram-se em situações precárias, e também, há o preconceito criado acerca da PSR, fazendo com que não haja deslocamento até os locais públicos, impedindo a sua permanente utilização, rebatendo diretamente no acesso enquanto sujeitos de direitos. Diante dessa realidade, o acesso a este importante elemento da vida social nem sempre é disponibilizado pelos governantes e sociedade à população, em especial a PSR.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade de um breve esclarecimento conceitual sobre o objeto estudado, relacionou-se enquanto referencial teórico uma análise dos conceitos que perpassam o tema direito ao lazer e PSR apresentando, assim, alguns estudos de autores que discutem essa temática, tais como: Silva (2009), Padilha (2006), Pellegrin (2006) e Marcellino (2007).

Quanto a metodologia, considera-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática lazer e população em situação de rua. Além disso, foi realizado um levantamento de alguns parques urbanos e espaços públicos na cidade de Florianópolis. Foram encontrados apenas dois espaços públicos formais de lazer para a PSR, sendo uma praça e um parque. A pesquisa bibliográfica sobre o tema mostrou que são raras as produções que abordam esta temática tanto direta como indiretamente, principalmente quando comparam-se as produções existentes sobre a atuação do assistente social na área da assistência, saúde ou previdência.

Contudo, em virtude da experiência do projeto de intervenção realizado no Centro POP, foi possível identificar algumas dificuldades enfrentadas pela PSR para acessar este direito, locais que costumam frequentar para tal prática e tipo de ações que gostariam que tivessem na localidade.

Sendo assim, o presente trabalho encontra-se estruturado em quatro seções, dos quais se faz, seguidamente, uma breve descrição do respectivo conteúdo. Na primeira seção apresenta-se inicialmente o Centro POP e o relato de experiência do projeto de intervenção executado no período de 04 de agosto de 2017 a 17 de novembro de 2017.

A segunda seção está dividida em três subcapítulos, procurou-se compreender as principais características e concepção da PSR a partir da autora Silva (2009), sendo possível traçar um perfil desse segmento no município de Florianópolis a partir de duas pesquisas realizadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis - PFM em 2015 e Instituto Comunitário da Grande Florianópolis - ICOM em 2017.

Na terceira seção, são realizados alguns apontamentos teóricos e políticos sobre o lazer, neste mesmo item serão apresentados alguns espaços de lazer acessados pela PSR no município, esses espaços foram mencionados pelos usuários do Centro POP durante a execução do projeto de intervenção.

Em relação a quarta e última seção, encontra-se a avaliação do projeto de intervenção e suas possíveis contribuições aos usuários do Centro POP de Florianópolis. Nesta seção pretende-se discutir alguns avanços, desafios e dificuldades identificados no projeto que estão atrelados aos aspectos profissionais, institucionais e conjunturais.

Portanto, considerando o pouco acúmulo sobre o debate da intervenção do assistente na área do lazer, especialmente no que se refere a PSR, entende-se que pode ser relevante o estudo deste objeto, podendo contribuir na compreensão de demandas futuras por novas investigações sobre a temática e de criações de espaços de intervenção sobre o tema.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO REALIZADO NO CENTRO POP DE FLORIANÓPOLIS: ATIVIDADES DE LAZER PARA PSR

O presente relato refere-se ao projeto de intervenção executado durante o estágio obrigatório III no curso de Serviço Social da UFSC, o período de estágio foi entre o mês de agosto de 2016 a dezembro de 2017. O projeto foi realizado no Centro POP, localizado na Avenida Gustavo Richard, s/n, anexo à Passarela do Samba Negro “Quirido”, no Centro de Florianópolis.

2.1 A PNAS e o Centro POP

Antes de relatar sobre o projeto de intervenção e o desenvolvimento das ações, cabe descrever brevemente em qual política está inserido o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e quais são os seus objetivos.

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social é reconhecida como política pública, devendo atender a todos, que dela necessitam, configurando-se como direito do cidadão e dever do Estado. Dentro dessa perspectiva, existem serviços, programas e unidades organizados e inseridos na Política Nacional de Assistência Social (2004).

Dessa forma, o Centro POP constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade e possui caráter público estatal vinculado à Política de Assistência Social. Conforme prevê a PNAS (2004):

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (PNAS, 2004, p.38).

O Centro POP é destinado especificamente para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. No documento Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (2011) consta a seguinte informação:

Deve ser um espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada, deve proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social (BRASIL, 2011, p.67).

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua atende adultos a partir de 18 anos de idade, idosos e famílias que utilizam o espaço da rua como moradia e sobrevivência. Ainda no caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011) tem como objetivo:

Assegurar acompanhamento especializado, com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de vínculos interpessoais e ou familiares, tendo em vista a construção de outros projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída de rua. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011, p.67).

Portanto, os objetivos do Serviço Especializado para População em Situação de rua estão voltados para construção do processo de saída das ruas, assim como criar condições de acessar os benefícios assistenciais e à rede de serviços.

Para o desenvolvimento do projeto de intervenção foi necessário investigar as demandas dos usuários e planejar a participação nas ações do Centro Pop e as propostas do Serviço Social enquanto campo de estágio, isto é, identificar as possibilidades de intervenção. Sendo assim, a partir da inserção no campo de estágio e da demanda identificada na atuação cotidiana, observou-se uma insuficiência de ações voltadas para o lazer da PSR.

É importante destacar que um dos meios que auxiliaram a identificação desta demanda foram às reivindicações e manifestações apresentadas pelos próprios usuários durante as assembleias¹, possibilitando identificar a ausência de atividades de lazer.

2.2 O projeto de intervenção

¹ A assembleia é uma iniciativa do Centro POP de Florianópolis e caracteriza-se por ser uma forma participativa na qual todos os usuários são incentivados a participar. Tem por objetivo a discussão de assuntos do cotidiano da Instituição que são previstos para ocorrer uma vez por mês.

Diante disso, construiu-se a proposta de intervenção que trata de ações que viabilizem o acesso da PSR às atividades de lazer, contribuindo para a construção da autonomia e sociabilidade dos usuários do Centro POP, considerando sua efetivação enquanto direito social.

Compreende-se que o espaço coletivo é fundamental para a construção de novas formas de sociabilidade, assim, quando os usuários se agrupam para participar de ações coletivas, acabam por desenvolver relações de sociabilidade, habilidades e potencialidades que facilitam e consolidam o processo de saída das ruas. Com isso, o serviço torna-se essencial para realização dessas atividades. Cabe destacar que muitas vezes a permanência na rua não é interrompida ou até mesmo, quando é, existe reincidências, mesmo assim, acredita-se viável e possível, a melhoria da qualidade de vida desta população construindo espaços diferenciados de sociabilidade.

Além disso, experiências anteriores de atividades coletivas no Centro Pop obtiveram um resultado positivo. Dessa forma, as oficinas de violão, basquete e filme que ocorrem em 2017, puderam despertar potenciais e habilidades específicas e possibilitaram a expressão desse olhar singular dos usuários sobre a cidade e a vivência de rua.

Embora as atividades de lazer mencionadas acima tenham sido suspensas² no Centro POP, pode-se observar que os usuários dificilmente superam os “passatempos” de ouvir música, tocar violão e/ou cantar, utilizar a sala de convivência e assistir televisão no Centro POP quando a sala não está sendo utilizada, jogar bola quando há bola disponível no pátio, descansar e etc. Com base nessa realidade, faz-se necessário a construção de ações estratégicas que viabilizem o acesso da PSR às atividades de lazer, visando à inclusão social e o desenvolvimento pessoal e social.

Diante disso, juntamente com a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório em Serviço Social, foi elaborado um projeto de intervenção voltado para ações de lazer da PSR. A execução iniciou-se no mês de agosto de 2017. Em relação aos objetivos específicos, evidenciam-se os seguintes:

² As oficinas de basquete, violão e filmes foram suspensas em virtude da falta de profissionais no Centro POP, considerando que o educador físico e musical não eram servidores públicos, e sim, voluntários.

- Implantar atividades de esporte e lazer, bem como, futebol, vôlei, basquete, ping-pong, torneio de xadrez e dança;
- Ampliar o acesso a espaços de promoção de cidadania; resgate de espaços e relações sociais afetivas;
- Promover e ampliar a integração entre os funcionários e usuários do Centro POP de Florianópolis;
- Incentivar a participação social;
- Estimular a autonomia e fortalecer o protagonismo da PSR, possibilitando a construção e organização dos mesmos em relação às regras para as atividades.

Quanto a metodologia proposta no projeto, as atividades foram programadas para ocorrer quinzenalmente a partir do mês de julho de 2017, em um total de 12 encontros, alternando entre o período matutino e o vespertino, com o objetivo de atingir maior participação dos usuários. No entanto, foi possível executar apenas no período matutino, sendo nas terças e/ou quintas-feiras as 10h:00min, quando disponível a Passarela Negro “Quirido”. Além disso, a estagiária de Serviço Social conseguiu comparecer apenas no horário matutino.³ Algumas das atividades de lazer foram inicialmente propostas pelos usuários do Centro POP, por exemplo, o basquete, o futebol e a dança, outras foram sugeridas pelos profissionais, tais como, campeonato de xadrez e ping-pong.

É importante ressaltar que foram fornecidas informações sobre o projeto um mês antes da primeira ação. Procurou-se divulgar aos usuários por meios dos atendimentos psicossociais, reuniões, cartaz, divulgação com sonorização e até mesmo pelos corredores.

2.3 A execução do Projeto

A dança foi a primeira atividade iniciada no dia 04 de agosto de 2017, contou com a participação de um professor de educação física do Serviço Social do Comércio – SESC, unidade do Centro de Florianópolis, e também, com a presença de 15

³ A Guarda Municipal de Florianópolis é o principal responsável pelas aberturas e fechamentos do portão do Centro POP. Embora o horário de funcionamento seja das 08h00min às 17h00min, a GMF trabalha das 08h00min às 14h00min e não há outra equipe no período vespertino. Dessa forma, a partir das 14h30min o portão é fechado e permanecem na Instituição somente os usuários que solicitaram atendimento psicossocial.

usuários, uma estagiária de serviço social, três educadores sociais e a coordenadora (assistente social) do Centro POP.

Antes de iniciar, os usuários assinaram uma lista de presença, foi realizada uma apresentação entre o professor de educação física e os participantes, a estagiária de Serviço Social apresentou de forma breve o projeto de intervenção e seus objetivos. A atividade foi conduzida pelo educador físico e executada em uma das salas de convivência, teve aproximadamente duração de uma hora e dez minutos, dos 15 usuários participantes, somente três eram do sexo feminino, embora a dança tenha sido proposta para atingir maior número de usuárias do sexo feminino, visto que as demais atividades desenvolvidas no Centro POP têm maior adesão de usuários do sexo masculino, dentre elas futebol e basquete.

É importante ressaltar que antes de dar início a atividade, a estagiária foi até o pátio do Centro POP chamar os usuários para participarem e muitos foram resistentes e comentaram frases como “dança é coisa de mulherzinha”. Além disso, foi possível perceber que alguns usuários se sentiram intimidados e/ou ameaçados ao entrar na sala e se deparar com um educador físico do sexo masculino.

Assim, tentou-se dialogar de uma forma simples e breve sobre algumas formas de preconceito, especialmente sobre gênero, a estagiária de Serviço Social realizou a seguinte pergunta aos usuários “o que pode ser considerado como feminino e masculino?”. Porém, nenhum usuário se manifestou perante o questionamento, todos ficaram em silêncio, portanto, foi sugerido aos usuários que refletissem em outro momento sobre a construção social de papéis masculinos e femininos na sociedade, na tentativa de estimulá-los a pensarem a respeito de suas falas e pré-conceitos.

Apesar da resistência inicial, em alguns momentos os usuários pediram para coordenar a dança, dois escolheram suas músicas favoritas e ensaiaram os passos de danças, trocando o lugar com o educador físico. Percebe-se que ao serem conduzidos alguns usuários demonstraram hesitação, porém, nas improvisações o grupo ficou mais à vontade, tentando interações que não foram combinadas e até mesmo proporcionando a liberdade de escolha e diálogo.

Foi realizado apenas um breve fechamento da atividade, onde ocorreu uma avaliação geral de desempenho, além disso, não foi acordado com os usuários quanto a próxima ação da dança, três usuários destacaram a seguinte fala:

Adoraria ter dança pelo menos uma vez na semana aqui no Centro POP, pois isso me ajuda muito, já que a rua não me permite dançar.
Poderíamos realizar essa atividade em um espaço maior para mais pessoas participarem.
Gostaria que tivéssemos um dia de dança só para o Funk (informação verbal).⁴

A segunda ação da execução do projeto ocorreu no dia 22 de agosto, teve como principal atividade o futebol. Para esta atividade foi solicitado a Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis - FMEF por meio de um ofício realizado pela coordenadora do Centro POP e estagiária de serviço social: duas mini traves, uma bola de futebol, tabela para basquete e uma bola de vôlei.

Como não houve resposta da FMEF para obtenção de recursos materiais, a trave foi improvisada com quatro cones que pertencem ao Centro POP, além disso, a estagiária de Serviço Social trouxe uma bola de futebol para os usuários utilizarem.

Antes de iniciar o futebol, a estagiária apresentou brevemente o projeto, seus objetivos e período proposto para execução, pois participaram usuários diferentes do encontro da dança. Não houve comentários quanto a proposta do projeto de intervenção.

Em seguida, os usuários se reuniram com a estagiária para definir as regras que seriam estabelecidas ao longo das ações. Desta forma, acordou-se que o tempo de cada partida seria de (10) dez minutos ou (2) dois gols. Além do mais, pode-se observar que diferentemente da resistência ocorrida na dança, os usuários do sexo masculino foram receptivos a ideia das usuárias participarem do futebol, inclusive, três participantes buscaram estimular algumas usuárias que optaram apenas por assistir. No entanto, optaram por apenas observar.

A atividade ocorreu na Passarela Negro “Quirido”. O local apresenta buracos no chão, além de muito áspero, dessa forma, alguns usuários preferiram jogar sem calçado para não gastar seus tênis, acabaram expondo-se aos perigos de se machucarem com os buracos, pregos, pedaços de vidros e pedras encontradas no chão. Nota-se que o Centro POP não possui uma estrutura física própria e apropriada para realização de

atividades de lazer, tendo em vista que, o espaço físico disponível pertence à Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Florianópolis.

Neste dia, participaram (10) dez usuários do sexo masculino e uma estagiária de Serviço Social, teve duração de 01h35min. A atividade ocorreu sem intercorrência, os usuários estavam muito concentrados e solicitaram a estagiária para apenas jogarem, sem interrupções, pois haviam programados outros compromissos.

Dessa forma, não foi possível realizar o fechamento da ação, pois estava próximo ao horário de almoço e banho, muitos estavam com pressa, pois haviam se organizado para procurar emprego, realizar entrevistas, trabalhar e entre outros. Apesar da falta de recursos materiais e das dificuldades, as principais falas dos usuários durante a atividade foram:

Gostaria que houvesse a realização dessas atividades no mínimo duas vezes na semana, mas poderia ser o vôlei e o basquete também;
 Me sinto tão bem quando jogo futebol, mas poderíamos programar outras atividades, por exemplo uma gincana;
 Gostaria de realizar algum passeio para assistir um jogo ou até mesmo irmos em algum ginásio jogar (informação verbal).

Na terceira ação do projeto, ainda no futebol, houve um número excedente de usuários, sendo 17 participantes. Como muitos usuários participaram, ao logo da "partida" de futebol iniciaram alguns conflitos, alguns começaram a discutir em virtude das discordâncias das regras e aceitação das dificuldades de técnicas e habilidade dos demais participantes, destacando comentários como “se você não sabe jogar, é melhor sair”.

Dessa forma, a estagiária propôs aos usuários com mais habilidades que ensinassem algumas técnicas àqueles que possuem maiores dificuldades, possibilitando aumentar a autoconfiança no sentido de superação e também, na busca de construir um espaço de aceitação das diferenças. Alguns usuários aceitaram a proposta e sentiram-se confortáveis e dispostos para auxiliar os demais.

Teve-se como proposta também uma nova votação e/ou criação de uma nova regra do jogo, porém, os mesmos optaram por manter a regra do jogo que já estavam utilizando. No entanto, os conflitos e discussões permaneceram e foi necessário

⁴ Dados retirados no momento da avaliação do projeto, após sua execução.

encerrar a atividade antecipadamente, tendo duração de aproximadamente uma hora, pois alguns usuários estavam iniciando agressão física, além da verbal.

Apesar dos momentos de conflitos e tensões não foi necessária a intervenção de nenhum profissional da instituição e ou/ da GMF, a estagiária pediu para que os usuários não fossem embora na tentativa de dialogar sobre o ocorrido, alguns optaram por não ficar.

Alguns usuários demonstraram preocupação, pois estavam com receio da atividade ser encerrada definitivamente em virtudes dos conflitos. Dessa forma, conversou-se sobre a importância de trabalhar em grupo, pois não é uma tarefa fácil, já que nem todos possuem a mesma idade, habilidade, disposição, agilidade, experiência, força e entre outras características.

Antes de partir para o relato da próxima ação, percebe-se que nos objetivos específicos citados anteriormente, estavam previstas outras atividades de lazer para além do futebol, tais como o vôlei, basquete, ping-pong, torneio de xadrez e dança. No entanto, não foi possível contar com os recursos materiais da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Portanto, permaneceram somente o futebol e a dança, quando o educador físico do SESC tinha disponibilidade.

Cabe ressaltar que foram realizadas várias tentativas de contatos telefônicos, e-mails e uma visita na FMEF, porém, não houve resposta quanto aos recursos. Ao entrar em contato telefônico, um dos funcionários da FMEF demonstrou interesse pelo projeto e solicitou o envio do mesmo por e-mail, informando que iria repassar ao superintendente. Entretanto, passaram-se algumas semanas e não houve resposta, em seguida, ocorreu a tentativa de realizar uma visita, porém, ninguém pode atender a estagiária em virtude de um reunião que estava ocorrendo naquele momento.

É importante destacar que em alguns momentos não foi possível executar algumas ações do projeto, como citado anteriormente, o espaço da Passarela Nego “Quirido” pertence à outra Secretaria, em determinadas datas são organizados eventos, bem como shows, desfiles, ensaios e entre outros que impossibilitam o acesso. A chuva também impossibilitou realizar algumas atividades na passarela. Isto ocorreu aproximadamente (6) seis vezes.

Na quarta ação do projeto, realizada no dia 05 de setembro, contou com a participação de onze usuários, sendo todos do sexo masculino. Teve duração de aproximadamente uma hora, dois usuários sentiram-se cansados e pararam de jogar o futebol, afirmando que na noite anterior fizeram uso de drogas, o que acabou alterando o seu metabolismo e conseqüentemente na resistência de seu corpo para jogar. Os dois usuários não quiseram dialogar e preferiram ir embora.

Assim, cabe mencionar que um usuário propôs a ideia ao grupo participante de não fazerem uso de qualquer droga um dia antes da atividade proposta pelo projeto de intervenção, com o objetivo de reduzir o consumo. Em seguida, a estagiária explicou aos participantes a ideia, pode-se notar certa motivação de alguns usuários diante da proposta, que foi aceita e acordada entre os mesmos.

Nesse sentido, no decorrer das ações nota-se que antes, o que era apenas o momento de uma simples “partida” de futebol cheia de competitividade e individualismo, aos poucos vai ganhando espaço e se tornando um momento de apoio para o enfrentamento das dificuldades, troca de experiências e fortalecimento de vínculos.

Outro usuário sugeriu a utilização da piscina que fica atrás da Passarela Nego “Quirido” para realização da natação, visto que a piscina está abandonada desde sua construção. A estagiária explicou a impossibilidade de incluir natação no projeto, pois além do abandono, não há estrutura e educadores físicos destinados ao Centro POP.

No dia 03 de outubro, na quinta ação do projeto participaram somente (6) seis usuários, o que implicou no tempo da atividade, com duração de quarenta e cinco minutos. Dos seis usuários, um se mostrou totalmente desanimado, expondo as dificuldades de conseguir emprego em Florianópolis. Neste dia, o usuário que expôs algumas dificuldades não sentiu-se à vontade para dialogar e decidiu ir embora.⁵

Dois usuários do sexo masculino, um com 55 anos e o outro com aproximadamente 24 anos de idade, destacaram a seguinte frase:

Já que nas terças-feiras tem o futebol, eu tento fazer menos uso de álcool e cigarro nas segundas-feiras, assim fico mais disposto;

⁵ No dia seguinte, a estagiária de Serviço Social procurou o usuário para conversar e/ou sugerir um atendimento com a assistente social e psicóloga, mas não foi possível encontrar o mesmo no Centro POP.

Eu já consegui diminuir o uso excessivo de maconha e cigarro, estou tentando parar um pouco com o álcool e ocupar a mente com o futebol ou outra atividade, isto me ajuda um pouco (informação verbal).

No dia 24 de outubro ocorreu a dança na sala de convivência no período matutino, ministrada pelo professor de educação física do SESC, teve duração de aproximadamente 01h:00min, contou com a presença de dez participantes, sendo cinco usuários, quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino, três educadoras sociais e uma estagiária de serviço social. A proposta da dança foi articulada com o horário do Grupo das Mulheres para atingir o maior número de usuárias.

O grupo de participantes, a princípio tímido, foi aos poucos se soltando e ao final se entregaram completamente, explorando o espaço, dançando e cantando. É possível perceber a expectativa dos (as) usuários (as) em relação à próxima atividade, se mostrando muitos dispostos (as) e receptivos (as), desde o que se refere a expectativa de aprender alguns “passinhos” para poderem compartilhar com outras pessoas, como também, as expressões e emoções expostas durante a dança.

Portanto, foi identificada a alegria como uma das principais emoções expostas, talvez pelo fato de dançar e participar como também pelo momento que puderam cantar, rir e se divertirem em grupo.

Muitos usuários questionaram a estagiária quando ocorreria a próxima dança, destacando que gostariam que a próxima ação fosse realizada no dia seguinte. A estagiária explicou que não seria possível executar no dia seguinte em virtude do horário do educador físico e da indisponibilidade da sala. Percebe-se um certo descontentamento por parte dos usuários ao informar a impossibilidade de realizar a atividade no dia seguinte e com a incerteza de quando ocorrerá a próxima ação.

Na ação seguinte, dia 17 de novembro ocorreu a atividade direcionada ao futebol, contou com a participação de 15 usuários e teve duração de 01h:30min. Aproximadamente quarenta minutos antes do horário combinado entre os usuários e estagiária, pode-se perceber que já haviam muitos participantes aguardando ansiosamente no corredor e no pátio do Centro POP, mas foi possível executar somente no horário estipulado.

Antes de iniciar a atividade, duas usuárias que ficaram observando o decorrer do jogo anterior questionaram “o porquê de ocorrer somente atividades para os

homens”. É importante salientar que embora o futebol tenha maior adesão pelos usuários do sexo masculino, não há restrição quanto ao sexo. Desde o início procurou-se convidar as mulheres para participar também, no entanto, a dança despertou maior interesse entre as usuárias.

Ao realizar o fechamento com os usuários em relação ao projeto nem todos se sentiram à vontade para falar, no entanto, ocorreram alguns questionamentos quanto a permanência da estagiária de Serviço Social e o porquê de vir somente duas vezes na semana. A estagiária explicou que o estágio obrigatório em Serviço Social costuma ser três semestres, e por não ser remunerado é necessário cumprir uma determinada carga horária, no caso do último semestre (2017.2), a carga horária total é de 180 horas, fazendo com que a mesma compareça duas vezes na semana, sendo nas terças e quintas feiras das 08h00min as 14h00min. Quanto ao Centro POP, não houve posicionamento em relação a continuação da estagiária e do projeto.

Assim, reconhece-se a importância da instituição em dar continuidade ao projeto, ao ouvi-los novamente, muitos usuários expuseram que para além do Centro POP costumam frequentar o Parque da Luz, a Praça XV de novembro e a Pontal do Coral para realizações de atividades de lazer. Apontaram também que em alguns momentos necessitam desenvolver estratégias e adaptações dos espaços públicos, por exemplo, próximo ao túnel Antonieta de Barros há duas traves de futebol improvisadas para jogar nos finais de semana.

Além disso, expressaram que gostariam de outras ações e atividades no município, tais como, basquete, natação, vôlei, aulas de surfe gratuitas e dança, já no Centro POP gostariam de uma sala somente para jogos recreativos, por exemplo, o xadrez, o dominó, o baralho e vídeo-games. Por fim, destacaram que, de certa forma, o projeto contribuiu com um novo ciclo de amizade, entrosamento, convívio social e bem estar. É importante destacar que as demandas mencionadas pelos usuários foram apenas discutidas brevemente durante as reuniões com a equipe técnica do Centro POP, mas não houve encaminhamento.

É importante ressaltar que em determinados encontros alguns usuários queriam apenas jogar futebol, destacando frases como “ontem o dia foi ruim, então hoje não tem conversa, quero apenas jogar”. Foi possível perceber que para além das atividades

esportivas, o projeto propiciou também um momento de sociabilidade para descarregar as tensões, preocupações, relaxamento e melhoria das emoções.

Por meio do relato do projeto, nota-se nos objetivos que foram planejadas outras atividades além do futebol e da dança. Contudo, não foi possível executar todas as atividades previstas no cronograma em virtude da falta de recursos materiais e humanos, da falta de um espaço físico adequado, sobretudo da dificuldade de articular com outras redes de serviço. Segue, abaixo, o cronograma do projeto de intervenção desenvolvido.

TABELA 1: Cronograma do projeto de intervenção

Atividades quinzenais	Julho dias 04 e 24	Agosto dias 07 e 28	Setembro dias 05 e 20	Outubro dias 06 e 23	Novembro dias 09 e 30	Dezembro dias 04 e 20
Primeira ação do projeto: Futebol	X					
Segunda ação do projeto: Basquete		x				
Terceira ação do projeto: Vôlei			x			
Quarta ação do projeto: Torneio de Ping-Pong				x		
Quinta ação do projeto: Campeonato de Xadrez					x	
Sexta ação do projeto: dança						x

Fonte: Silva, A.P.A, 2017. Tabela das atividades propostas para execução do projeto de intervenção.

Como citado anteriormente, foram realizadas inúmeras tentativas de contatos com a Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis para solicitar recursos materiais. Logo, foi necessário improvisar os materiais, por exemplo, a trave de futebol foi improvisada com os quatro cones, a bola foi doada por uma funcionária do Centro POP, a caixa de som também foi emprestada para os momentos da dança. Para as autoras Bonin e Kruger (2015):

O planejamento também é uma ação política permanente de intervenção e um ato contínuo de reflexão-decisão-ação-reflexão. A ação de planejamento também se depara com dificuldades em mediar interesses contraditórios no espaço institucional, com a falta ou escassez de recursos, o espaço físico insuficiente, falta de profissionais, demandas institucionais x demandas dos

usuários, entre outros, para realizar os trabalhos planejados e para incluir novas demandas no projeto institucional ou nos serviços das políticas sociais (BONIN; KRUGER, 2015, p.70).

Embora o Centro POP não apresente uma estrutura adequada para realização das atividades propostas no projeto, diante das breves considerações dos usuários, observa-se a importância da instituição para desenvolver atividades coletivas que envolvam o lazer. De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro POP (2011), as atividades coletivas podem “igualmente, possibilitar a expressão da subjetividade e de desejos, bem como a construção de projetos do coletivo de usuários, contribuindo para o fortalecimento da participação social. (BRASIL, 2011, p.90).

Como estratégia de monitoramento e avaliação, no início se propôs em realizar uma lista de presença para cada atividade e uma avaliação de desempenho. No entanto, não houve alteração quanto ao público-alvo do projeto, dispensando a necessidade da lista de presença. Os dados e registros foram recolhidos por meio de conversas durante a execução do projeto, observações, anotações e fotos, foram também encaminhados e disponibilizados ao Centro POP.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1. Concepção

A partir do estudo da autora Silva (2009) a PSR no Brasil tem como principal característica a heterogeneidade, uma vez que cada sujeito possui um perfil diversificado, traços particulares e diferentes trajetórias de vida. A autora apresenta em seu livro um resgate histórico do surgimento da PSR, destacando as caracterizações deste fenômeno, no qual se deu inicialmente com uma discussão de acumulação primitiva, do pauperismo e de formação de um exército industrial de reserva.

Portanto, o fenômeno população em situação de rua surge no seio do pauperismo generalizado vivenciado pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII, compondo as condições históricas necessárias à produção capitalista (SILVA, 2009, p. 96).

As expressões da questão social, bem como as desigualdades, são consequências das relações de produção e reprodução social por meio de uma concentração de poder e de riqueza de algumas classes e setores dominantes que geram a pobreza das classes subalternas. Portanto, o sistema capitalista trouxe em sua dinâmica a questão social, apresentando-se de forma grave e atingindo intensamente todos os setores e classes sociais, sendo constantemente ameaçada pelo pauperismo.

Dessa forma, não há como desassociar a relação existente entre o crescente número de pessoas em situação de rua com a dinâmica do sistema capitalista e as vulnerabilidades geradas por ele. Para melhor compreensão:

A questão social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998. p.27).

Em sua obra, Silva (2009) definiu seis aspectos característicos desse segmento populacional, são elas: as múltiplas determinações; a expressão radical da questão social na contemporaneidade; a localização nos grandes centros urbanos; o preconceito; as particularidades vinculadas ao fenômeno em que se manifesta e a tendência a naturalização do fenômeno.

No que se refere a **expressão radical da questão social na contemporaneidade**, a autora destaca o seguinte:

Este fenômeno compõe a expressão radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação da vida (SILVA, 2009, p. 116).

Em relação às **múltiplas determinações**, destacam-se três causas desses sujeitos estarem em situação de rua, a primeira causa é a ausência de moradia, renda e trabalho, a segunda causa são os fatores biográficos, que está relacionado com a ruptura de vínculos familiares, uso e abuso de drogas e/ou inerente à história pessoal de cada indivíduo. A última e terceira causa são os fatores naturais, que está relacionado a qualquer desastre natural.

Outro aspecto característico desse segmento populacional é a **localização nos grandes centros urbanos**, a autora aponta dois motivos, o primeiro é que nos centros urbanos há mais probabilidade de obter emprego e renda, e no segundo é a facilidade de acessar atividades, de conseguir alimentação e entre outros.

No que se refere ao **preconceito** como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno, é possível refletir que as relações sociais e o preconceito baseado nas representações sociais que se criam acerca delas, tendem-se enxergar o “morador de rua” como “alcoolista”, “viciado”, “usuário de drogas” e que “não quis nada com a vida”.

As **particularidades vinculadas ao território que se manifesta**, está relacionado com os outros aspectos como o tempo de permanência nas ruas, perfil socioeconômico e estratégias de sobrevivência. O perfil da PSR do município de Florianópolis será apresentado a seguir para que se consiga definir melhor essa população.

Em relação à **tendência à naturalização do fenômeno**, é considerado um aspecto muito forte e se apresenta de forma acentuada na realidade do Brasil. Assim como uma “inexistência de políticas sociais universalizantes, capazes de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na perspectiva de ampliar a cidadania, de garantir cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua” (SILVA, 2009, p 122). Além disso, há poucas bibliografias e documentos escritos sobre esse segmento ao se comparar com a gravidade deste fenômeno na conjuntura brasileira.

Dada à diversidade de características que essas pessoas apresentam, muitas são as denominações utilizadas para essa população, entre elas: moradores de rua, mendigos, peregrinos e entre outros. Vivem expostas a condições precárias, apresentando dificuldades para o acesso aos direitos básicos, bem como, lazer, habitação, alimentação, trabalho e saúde.

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (2011), o conceito para a definição da PSR pode ser entendido como:

É definida como a população em situação de rua ou grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2011, p. 23).

3.2. Perfil

No que se refere ao perfil da PSR do município de Florianópolis, em outubro de 2015 foi realizada uma pesquisa nomeada Projeto Contagem em parceria com a Prefeitura de Florianópolis⁶. O projeto teve como objetivo mapear as áreas de concentração de pessoas em situação de rua; realizar levantamento e sistematização de dados e indicadores gerais; subsidiar a avaliação da oferta de serviços e a relação com sua real demanda. Foram identificadas 421 pessoas em situação de rua, sendo que 144 foram identificadas como acolhidas no albergue municipal e casa de apoio e 277 estariam pernoitando no momento da aplicação do questionário. Dessas 277 pessoas pernoitando em situação de rua, foram identificadas 104 pessoas no Centro de Florianópolis.

A população adulta em Florianópolis que se encontra em situação de rua é majoritariamente masculina, 88%. Pode-se analisar que 84,5% não são naturais da cidade, possuem a idade média de 37 anos. Quando questionados sobre raça/etnia, 58% se reconhecem como brancos, 19% se reconhecem como negros e 21% pardos. Quanto à formação educacional, a maior parte dessa população tem ensino

⁶ O Projeto Contagem teve como objetivo buscar um número oficial de pessoas em situação de rua em Florianópolis e traçar um perfil dos entrevistados e dos locais onde eles passam o tempo. Sendo possível

fundamental incompleto, sendo 35% e 23% possuem ensino médio completo. Apenas oito pessoas em situação de rua têm ensino superior completo. Questionados sobre o uso de drogas, 13% da PSR não faz uso de nenhum tipo de droga, porém, 77% fazem uso diário de alguma droga.

Um outro estudo realizado pelo ICOM com o apoio do Movimento da População em Situação de Rua de Santa Catarina, no mês de maio de 2017, identificou 32 pessoas em Biguaçu, 141 em São José, 265 em Palhoça, e Florianópolis 499, no total foram identificadas 937 pessoas em situação de rua em alguns municípios da Grande Florianópolis.

Dessas 937 pessoas, somente 934 responderam o questionário, sendo que 727 se identificam com o gênero masculino, 192 feminino e 15 não se identificam com gênero algum. Em relação a idade, 65% têm idade entre 30 e 49 anos, 30% tem acima de 50 anos e 5% tem até 29 anos. Quanto a raça/etnia, 442 se consideram branco (a), 244 negros (a), 175 pardo (a), 26 indígenas e 29 não se declararam. No que se refere a educação e trabalho, 92% sabem ler e escrever, porém, apenas 22% concluíram o ensino médio. Aproximadamente 70% exercem atividades remuneradas informais, as mais comuns são construção civil, flanelinha, vendedor ambulante e catador de materiais recicláveis. Quanto aos vínculos, 41% responderam que não possuem nenhum vínculo familiar ou afetivo, vivendo sozinhos nas ruas, 35% citaram ter contato com filhos e companheiros (as).

Em relação ao consumo de drogas, 88% consomem ou alguma vez já consumiram drogas, sendo que o álcool, maconha e crack foram citadas como as drogas de maior preferência pelos entrevistados. Quando questionados sobre o acesso a algum tipo de atividade, bem como, cinema, teatro e oficinas de artes, 45,5% afirmam que tem acesso e 54,5% não tem acesso. 40,9% afirmam praticar algum esporte e/ou atividades físicas e 59,1% não praticam.

Diante desse quadro, Yazbek (2001) faz uma breve análise da pobreza como forma resultante da questão social que permeia a vida das classes subalternas na sociedade e com as quais os assistentes sociais se defrontam em sua prática

mapear a situação atual da cidade, para que novas formas de auxílio e atendimento às pessoas em situação de rua sejam implantadas.

profissional. A autora utiliza o termo exclusão social para explicar suas diversas manifestações que configuram um amplo leque de desigualdades, opressões e injustiças, é neste campo de crescente complexidade que se aumentam alguns grupos populacionais mais vulneráveis, entre eles a PSR. Segundo a autora:

[...] Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados do modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente [...] são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2001, p.35).

Dessa forma, concorda-se com Silva (2006, p.144) ao mencionar a omissão do Estado capitalista frente ao enfrentamento do fenômeno, mantendo a classe trabalhadora sob um padrão de vida mínimo e atendendo aos interesses do capital.

4 O LAZER ENQUANTO DIREITO SOCIAL

4.1 O lazer e os direitos sociais

Os direitos sociais são definidos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que determina o lazer e demais direitos “como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 2002, p. 12). No parágrafo terceiro do artigo 217, por sua vez, o lazer figura como responsabilidade do poder público, que deve incentivá-lo como forma de promoção social.

Percebe-se que o lazer é destacado apenas em três momentos na Constituição Federal de 1988, portanto não há uma definição política, diretrizes ou princípios que orientem a concretização do direito ao lazer. De acordo com as autoras Franco e Santos (2010):

Uma definição política indica-nos os modos de dar materialidade a uma concepção teórica de lazer, e está a ela intrinsecamente ligada; determina qual, ou quais, as instituições estatais responsáveis pela política, qual sua fonte de financiamento, quais suas diretrizes, mecanismos, princípios e objetivos (FRANCO; SANTO, 2010, p.4).

Além disso, a PNE (2005) também refere-se o direito ao lazer como responsabilidade do poder público:

A Constituição Cidadã de 1988, ao inserir no seu texto, de forma inédita, deveres do Estado, no que concerne a afirmação do Esporte e do Lazer como direitos, assim como na sua perspectiva emancipatória, defende um conceito de cidadania que inclui, necessariamente, o direito a essas práticas sociais e exige o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação (BRASIL, 2005, p. 11).

Nas diretrizes presentes na PNE (2005) observa-se a seguinte afirmação no tópico “universalização do acesso e promoção da inclusão social”:

O acesso ao esporte e ao lazer é direito de cada um e dever do Estado, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população, combatendo todas as formas de discriminação e criando igualdade de oportunidade, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados, como negros, índios, deficientes e mulheres das camadas mais pobres (BRASIL, 2005, p.36).

Ao analisar a Lei Orgânica de Florianópolis (1990), é possível notar alguns trechos que mencionam o lazer:

Art. 4º. É assegurado a todo habitante do Município, nos termos das Constituições Federal, Estadual e desta Lei Orgânica, o direito à educação, à

saúde, ao trabalho, ao lazer, ao usufruto dos bens culturais, à segurança, à proteção à maternidade, à infância, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado.

Art. 126. O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, promovendo medidas que assegurem, prioritariamente:

I - desenvolvimento do desporto educacional e amador;

II - criação de espaços públicos destinados à prática do esporte;

III - incentivo às competições desportivas locais e microrregionais;

IV - incentivo ao esporte de cunho comunitário e de lazer.

Art. 135 - Caberá ao Poder Público Municipal incentivar e apoiar a criação de parques ecológicos, hortos, jardins botânicos, hortas e pomares comunitários e áreas de lazer em cada Distrito.

Diante disso, é possível refletir que tais direitos previstos nos documentos citados anteriormente são legalmente assegurados pelo poder público e possuem caráter universal, porém, sua efetivação sofre embates no momento em que uma parcela da sociedade civil não tem acesso a esses direitos. Segundo as autoras Behring e Santos (2009):

Falar sobre direitos e sua relação com a totalidade da vida social pressupõe considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, sobretudo, como violação dos direitos (BEHRING; SANTOS, 2009, p.11).

Além disso, percebe-se que muitas vezes o lazer é tratado de forma banalizada, resumidos somente aos esportes ou ao consumo, sem um conhecimento do sentido amplo deste termo. Portanto, o lazer é entendido sobre várias percepções e sua concretização como política social não decorre apenas em uma visão. O que se pode observar são inúmeros projetos, programas, políticas, ações governamentais que englobam desde a noção de lazer enquanto ocupação do tempo livre e como momento de diversão e etc.

Assim, certamente ao questionar às pessoas aleatoriamente quais são os direitos sociais, provavelmente um número significativo de pessoas não mencionaria o lazer, visto que uma grande parcela da sociedade não o reconhece como direito. Nesse sentido, pensar o conceito de lazer na perspectiva de direito social torna-se um desafio, pois o fato de não existirem muitos estudos sobre o tema no âmbito do serviço social, sociologia e entre outros, contribui também para uma visão reducionista ou simplista do termo. De acordo com a autora Pellegrin (2006):

O lazer não é uma ideia, um valor abstrato, algo que de repente passou a fazer sentido e a ter importância, um acontecimento acidental da história, e muito menos um ideal a ser seguido, como querem alguns. Historicamente o lazer faz parte das conquistas dos trabalhadores, e se ele existe hoje como fenômeno concreto é porque algumas condições históricas e objetivas se concretizaram e o tornaram possível (PELIEGRIN, 2006, p. 110).

4.2. Apontamentos teóricos e políticos sobre o lazer

Ao pesquisar por outras literaturas e discussões acerca do lazer, são muitos os debates ligados ao trabalho, a partir de uma concepção construída por meio das lutas da classe trabalhadora, por melhores condições de trabalho e pela redução da jornada de trabalho. Desse modo, as primeiras questões teóricas sobre o lazer discutiam também a importância do tempo livre para a classe operária.

Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. [...] Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época (MARX, s.d, p.391).

A autora Padilha (2006) considera que a luta da classe trabalhadora esteve sempre ligada a redução da jornada de trabalho e pela mudança de sentido no trabalho executado, porém, nunca especificou em reivindicação por lazer.

Na concepção de Marcellino (1990), o lazer é uma cultura compreendida no seu sentido mais amplo e vivenciada no tempo disponível, não como contraposição ao trabalho, mas em estreita relação com ele e as demais esferas da vida social. Na perspectiva do autor Mascarenhas (2004, p.103) “o lazer é um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

Deste modo, a partir da compreensão dos autores mencionados anteriormente, pode-se considerar que o trabalho teve e tem um papel expressivo para o surgimento do lazer, a partir da redução da jornada de trabalho e dos demais direitos conquistados que se começa pensar sobre o tempo “livre”. Porém, ainda que se amplie a discussão acerca do lazer, é importante destacar que o mesmo não pode ser compreendido de

maneira homogênea, como se todos pudessem usufruí-lo de uma mesma forma. Assim como menciona Andrade (2006):

[...] Podemos afirmar, então, que há desigualdades no acesso ao lazer, não por livre escolha, mas por uma imposição econômica e social, demonstrando uma evidente relação opressora da classe que detém os meios de produção sobre a classe assalariada. Portanto, o usufruto do tempo de lazer é determinado por condicionantes que independem da vontade da classe trabalhadora (ANDRADE, 2006, p.219).

Portanto, ao analisar brevemente sobre o município de Florianópolis, por exemplo, muito dos equipamentos específicos de lazer são mantidos pela iniciativa privada e priorizados pelas ações lucrativas, tais como, os cinemas, teatros, “lan houses” e casas de jogos eletrônicos, Shopping Centers, eventos pagos, e dentre outros. É neste contexto que Padilha (2003) afirma que esses ambientes podem ser entendidos como um espaço de segregação social na medida em que reflete a sociedade, a mesma cita a lógica do Shopping Center como exemplo:

É nessa lógica que Shopping Center pode ser entendido como um espaço privado (que se propaga como público) criado para ser uma solução dos problemas da cidade, ou seja, gera uma série de desajustes, de desigualdades e de contradições, mas também possibilita a criação de espaços considerados “alternativos”, o acesso real ao Shopping Center restringe-se à uma pequena parte da população. Assim, o espaço urbano do capital desencadeia uma série de problemas para todos enquanto possibilita “alternativas” para poucos (PADILHA, 2003, p.43).

Diante disso, é inegável que na atual conjuntura brasileira se tem demonstrado um cenário cada vez menos promissor no que se refere a garantia de direitos. Portanto, o Estado nos seus diversos âmbitos de poder encontra-se com dificuldades para cumprir os direitos e deveres presentes na Constituição Federal. E o lazer, assim como os demais direitos, se apresenta cada vez mais de forma fragmentada e precarizada, principalmente no que diz respeito aos direitos da PSR. Para a autora Pellegrin (2006):

Para a maioria das pessoas, o lazer, ou aquilo que se faz no tempo de lazer, parece não ter vinculação alguma em termos de valores, normas e interesses. Em geral, o sujeito vai em busca da satisfação de necessidades reais (descanso, entretenimento, vivência lúdica), porém, preso a uma concepção individualista e abstrata do fenômeno, como se as escolhas que ele faz não tivessem relação alguma com o tipo de sociedade em que ele vive, com as contradições econômicas dessa sociedade (PELLEGRIN, 2006, p.107).

Compreender o lazer como direito, significa pensa-lo em conjunto com os outros direitos sociais, bem como, o direito de ir e vir, o direito ao transporte, à segurança, à redução da jornada de trabalho, à habitação, e sobretudo, o direito à

cidade e aos espaços públicos de qualidade e democráticos. Peles e Melo (2006) referem-se ao termo “hierarquização das necessidades” para explicar a desvalorização do lazer e cultura perante os demais direitos sociais.

[...] podemos identificar no imaginário da população uma certa hierarquização das necessidades, onde saúde, educação e trabalho [...] ocupam espaço de predominante importância, ficando relegados ao segundo plano assuntos como lazer e cultura, entendidos como solicitações para um instante posterior, quando os primeiros problemas estiverem sanados (PERES; MELO, 2006, p.2).

O que se coloca em questão é a forma como a PSR tem sido incentivada na sua formação para o lazer e quais as alternativas criadas para ter suas necessidades e demandas atendidas. Portanto, trata-se também de criar condições para que uma diversidade de atividades possam ser desenvolvidas, assim como destaca Pellegrin (2006, p. 109) “isto implica na luta pela jornada de trabalho, educação pública e gratuita em todos os níveis, pelo acesso aos lugares públicos destinados à cultura de modo geral, pelo acesso do trabalhador aos bens que ele mesmo produz”.

Outro ponto importante a ser analisado quando se fala em cidadania no âmbito do lazer, refere-se também ao entendimento e respeito que as políticas públicas devem ter às vivências de lazer já existentes e consolidadas por esse segmento nos espaços públicos das cidades. Portanto, concorda-se com a autora Rechia (2015, p.51) que “o intuito do poder público e de outras instituições que prestam serviços às comunidades deve ser o de potencializá-las e não desarticulá-las”.

4.3 Espaços de lazer em Florianópolis

Com aproximadamente 485.838 habitantes, Florianópolis é considerada uma cidade populosa, sendo a segunda cidade com maior número de habitantes em Santa Catarina.⁷ Dessa forma, torna-se um grande desafio do poder público assegurar que todos os cidadãos tenham acesso e usufruam dos espaços e serviços a que têm direito, tais como o lazer.

⁷ Dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Acesso em: 14 de nov. de 2017.

Portanto, ao realizar as primeiras observações em Florianópolis, com destaque para o centro da cidade, percebe-se certa escassez quanto aos espaços gratuitos e públicos para o lazer. Em consequência disso, muitas vezes ocorrem estratégias para utilização dos espaços, pois ao andar pelo bairro Centro é possível notar inúmeros campos de futebol improvisados, por exemplo, próximo ao túnel Antonieta de Barros nota-se adaptações e apropriações quanto ao espaço público. Além disso, por ter um viaduto próximo e ruas movimentadas por carros e motos há risco de atropelamentos.

FIGURA 1 - campo de futebol improvisado



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2016.

Além do mais, ao observar a praça XV de novembro percebe-se que é um local muito frequentado, são muitas as pessoas que utilizam o espaço da praça e criam alternativas de lazer na falta de equipamentos públicos, por exemplo, os jogos de dominós, apresentações e performances musicais, roda de capoeira, entre outros.

Embora ocorra utilização enquanto espaço de lazer, esses espaços públicos nem sempre são pensados para se tornarem locais de permanência e convívio social, ao mesmo tempo em que o espaço da Praça XV apresenta algumas possibilidades de lazer, a PSR sofre diariamente ameaças e agressões por parte da sociedade e do poder público, além disso, são constantemente retirados a força.

Nesse sentido, as possibilidades de lazer estão entre as primeiras negligenciadas para grande da parte da população. Basta observar pela cidade a distribuição geográfica das oportunidades de acesso aos bens culturais. Cabe

mencionar que o termo utilizado “equipamentos” refere-se aos meios que são usados direta ou indiretamente em atividades lazer. Para Pina (2017):

[...] Quando nos referimos ao termo, estamos considerando um conjunto de instalações associadas, destinadas às práticas e aos serviços de lazer, espacialmente distribuídas conforme um projeto arquitetônico em um determinado ambiente ou espaço social e geográfico escolhido dentro de um território (PINA, 2017, p.57).

FIGURA 2 – Praça XV de novembro



Fonte: Vieira, G. 2016.

Outro local muito frequentado é o Parque da Luz, considerado uma área verde de lazer, onde foi transformado em um campo de futebol pelos próprios usuários. Não existe cerca com telas ou qualquer marcação do campo, existem somente traves fixas de ferro. Em alguns momentos, é possível visualizar e encontrar excesso de vegetação no Parque, limitando o seu uso. Além do mais, nesse espaço costuma ocorrer nos finais de semana os torneios de futebol dos usuários do Centro POP.

Figura 3 – Campo de futebol do Parque da Luz



Fonte: Google Imagens, 2016.

No entanto, observa-se que são frequentes práticas discriminatórias ligadas a PSR, por exemplo, o desalojamento praticado pelo poder público. Assim como destaca a notícia publicado no jornal “Notícias do Dia”, datado de 10/07/2017, cujo título da matéria é “Parceria público-privada pode ser alternativa para revitalizar parque de Florianópolis”. Um dos comentários do jornal afirma o seguinte:

Contrário a qualquer projeto que reduza o atual espaço público, o prefeito Gean Loureiro (PMDB) cogita lançar mão de parcerias público-privadas para a revitalização do Parque da Luz, na cabeceira da insular da Ponte Hercílio Luz. Enquanto isso, a associação de amigos do parque quer avançar no processo de conquista da comunidade do entorno. “Nosso objetivo é fazer com que as pessoas percam o medo de frequentá-lo, diz o presidente da entidade professor Carlos Stadler. Se durante o dia os moradores já tomaram conta do espaço, o problema persiste à noite, com prostituição e **moradores de rua**. Há quem ache uma boa solução o fechamento do espaço na madrugada.

Diante disso, percebe-se que a PSR vivencia em seu cotidiano o conflito na busca de um local para utilização própria. Pode-se afirmar que tais práticas discriminatórias vem sendo reforçada também por processos de construções urbanas que são expulsivas da PSR para valorização e atração de investimento financeiro, além das práticas higienistas e violentas cometidas pela PMF.

Portanto, essa perspectiva faz com que as pessoas em situação de rua sejam identificadas como geradoras de insegurança e/ou violência urbana, contribuindo para que esses próprios sujeitos sintam-se excluídos pela sociedade.

O preconceito social e os comportamentos estigmatizantes fazem com que a população em situação de rua seja alvo de atitudes que vão do extremo da total

indiferença, invisibilidade e ausência de respeito e sensibilidade por parte da sociedade, até as práticas de violência física que reforçam uma visão de naturalização e imutabilidade dessa condição social (BRASIL, 2011, p.30).

FIGURA 4 – Parque da Luz



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2017.

A Ponta do Coral é considerada uma área verde, porém, vem sofrendo com as tentativas de edificações e ameaças de privatizações. Dessa forma, os movimentos sociais vem lutando e organizando ações para impedir o fechamento da área e garantindo o espaço para a comunidade. O espaço é utilizado principalmente nos fins de semana, são realizados eventos culturais gratuitos, práticas de futebol, dança e entre outros.

FIGURA 5 – Ponta do Coral



Fonte: Google Imagens, 2016.

FIGURA 6 - Evento cultural realizado na Ponta do Coral



Fonte: Google Imagens, 2016.

O lazer também passou a ser associado com o fator econômico, ligado diretamente ao lazer mercadoria. Portanto, o lazer inserido na dinâmica capitalista é entendido como um momento de consumo, isso contribui também para que o sentido da democratização do acesso deste venha perdendo cada vez mais a sua dimensão enquanto direito social. Nessa mesma direção, Cândido, Jikings e Padilha (2010, p.89) afirmam que “a visão ideal do lazer, como um espaço e tempo que era voltado ao ser humano foi submetido ao capital. A subordinação do lazer à lógica do capital dá-se basicamente pelas várias maneiras de mercantilização da diversão”.

Dentro desta perspectiva, os equipamentos de lazer e os espaços de convívio social seguem uma tendência à privatização, por exemplo, as áreas verdes que, como o próprio lazer, passam a ser entendidas como mercadorias. Restando somente algumas das áreas públicas, que muitas vezes encontra-se em situações precárias ou planejadas de forma a não facilitar o acesso das pessoas e a incentivar a sua permanência, rebatendo diretamente no acesso enquanto sujeitos de direitos.

O autor Marcellino (2007) ressalta em seu estudo que o lazer passou a ser visto pelos grandes investidores como uma mercadoria, sendo que a própria cidade tornou-se um produto a ser vendido para o desenvolvimento de atividades lucrativas. Nesse sentido, compreende-se que os espaços e equipamentos de lazer nas cidades nem sempre se configuram como prioridade nas ações voltadas às políticas públicas, como

também se entende que ao pensar o lazer dentro da dinâmica capitalista se promove cada vez mais a exclusão de uma parcela da sociedade.

Na concepção de Padilha (2003) o Shopping Center é um exemplo de uma sociedade que valoriza cada vez mais o consumo de bens materiais e de lazer mercadoria, que oferece a uma pequena parcela da população o direito a este consumo e a este lazer, enquanto exclui a maioria desta mesma população. Melo (2004) afirma o seguinte:

[...] A luta pela existência de políticas públicas de esportes e lazer com acesso universal a toda produção cultural da humanidade se apresenta como importante bandeira democrática. Investir nessa, e também em outras lutas, implica em questionar a possibilidade de atendimento no âmbito de uma formação social pautada pela lógica do lucro, do consumo de pequenos grupos, como tem sido a marca da sociedade capitalista (MELO, 2004, p.120).

Ao caminhar pelas ruas da cidade observa-se um número significativo de condomínios fechados, Shoppings Center que muitas vezes são dirigidos somente a uma parcela da população, como destacado anteriormente. Para Marcellino (2007, p.17) “os equipamentos urbanos de lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor”.

Diante disso, a população marginalizada com destaque a PSR, sofre com a carência de espaços públicos e gratuitos para o lazer, dificultando e/ou impedindo seu direito de acesso aos equipamentos. Assim como destaca os próprios usuários do Centro POP, um das principais dificuldades de acesso é a locomoção por meio do transporte coletivo não gratuito. Portanto, conforme mencionado anteriormente, a iniciativa privada vem criando cada vez mais novos espaços de lazer, no entanto, nota-se que uma parcela, em sua maioria, não possui condições financeiras de desfrutar desses espaços.

De acordo com Santana e Alves (2014, p.190 apud Ribeiro, 2008, p.26) os espaços públicos, mesmo sendo utilizados por toda população, diferem dos espaços coletivos no que diz respeito às restrições de grupos sociais, isto é, o espaço público difere de espaço de uso coletivo. Embora muitos espaços sejam de uso coletivo, não são destinados a todos os grupos sociais, como exemplo, temos os shoppings centers, que embora o acesso seja livre, promove o encontro entre pessoas de uma

determinada classe social, sendo incompatível com a ideia de espaço público, que é aberto e acessível a todos os grupos sociais.

Partimos do pressuposto que, o que ocorria antes com a concentração dos equipamentos de lazer, no centro das grandes cidades, e que com o decorrer do processo de urbanização e especulação imobiliária deslocou-se para outras áreas urbanizadas, hoje se dá com relação ao centro de regiões metropolitanas, em relação às cidades periféricas, dificultando o acesso da população (MARCELLINO, 2007, p. 10).

É possível analisar essa carência de espaços e equipamentos destinados ao lazer para a PSR em Florianópolis, e grande parte não apresenta estrutura satisfatória para a experiência plena deste. A partir disso, pode-se identificar no município terrenos baldios com pontos de lixo; espaços privados, bem como as “lan houses” e os Shopping Centers; alguns campos de futebol improvisados, outros apresentam apenas traves, excesso de gramado, existem também os espaços que não têm nenhum elemento que identifique, mas são utilizados como campo de futebol; quadra de areia para vôlei na Beira-Mar Norte, mas há dificuldade de locomoção; ginásio escolar público, porém, requer reserva e não é possível acessar sem o pagamento de uma taxa.

Como se pode perceber, a preocupação com a localização, a acessibilidade e a distribuição dos equipamentos encontrados é de suma importância. Para Alves (2012) faz-se necessário estimular cada vez mais a participação popular, desde o que se refere ao incentivo pela democratização dos espaços da cidade, quanto para desconstruir a lógica privatista e mercantilizante dos espaços urbanos.

5 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES AOS USUÁRIOS DO CENTRO POP

A partir das referências teóricas que foram colocadas acerca do esporte e lazer, cabe destacar que especificamente para a população em situação de rua, existe respaldo legal e jurídico também na Política Nacional para a PSR.

O Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para População de Rua, apresenta no Art. 7º, como um de seus principais objetivos de assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, **cultura, esporte, lazer**, trabalho e renda. Assim como destaca o Caderno de Orientações Técnicas do Centro POP (2011):

Diante desse quadro, as ações públicas para a população em situação de rua devem ter um caráter de conscientização da sociedade e de afirmação de direitos, no sentido de fortalecer as possibilidades para reconstrução de projetos e trajetórias de vida que incluam a saída das ruas. Nessa direção, destaca-se que os serviços e programas devem ser revestidos de uma atitude positiva, desvinculada de práticas higienistas e culpabilizadoras, para que a atenção ofertada não se torne mais um instrumento de discriminação (BRASIL, 2011, p.31).

Considerando o processo interventivo realizado junto ao Centro Pop, particularmente quanto ao esporte e lazer, pretende-se apresentar algumas considerações e reflexões sobre esta experiência.

5.1 A concepção de lazer e esporte e o exercício profissional

Para além dos atendimentos individuais e orientações realizadas pelos assistentes sociais e psicólogos do Centro POP, torna-se essencial pensar em estratégias a fim de desenvolver a construção de vínculos de confiança com os sujeitos de trajetória de rua na reconstrução de seus projetos de vida.

Dessa forma, a intervenção do assistente social no campo do lazer não pode ser pensada de maneira fragmentada. Torna-se necessário também, compreender como o lazer está inserido na dinâmica das relações sociais concretas e de que forma o assistente social pode contribuir para o fortalecimento desta política. Assim como refere-se lamamoto (2000):

[...] Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e

decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o "tempo presente, os homens presentes, a vida presente" e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2000, p.48).

Conforme observado durante os encontros do projeto mencionados anteriormente, a prática do lazer para a PSR no Centro POP esteve associada a momentos prazerosos, reflexivos e de tensões. Para os autores Lemos, Dantas e Chao (2009) o lazer tende a construir e vivenciar prazerosamente a arte de adquirir conhecimentos e desenvolver a sociabilidade.

Podem ser desenvolvidas por meio de diversos formatos como oficinas, atividades temáticas, grupos de troca de experiências, discussão e reflexão, atividades de produção cultural ou artística, de lazer ou esportivas, dentre outros. Para o seu desenvolvimento, a equipe do serviço poderá contar com a parceria da rede de diversas áreas (Cultura, Arte-educação etc.), lançando mão à utilização de métodos e técnicas participativas que contribuam para interação grupal e a construção coletiva de conhecimentos e ações (Idem, 2011, p.89).

Além do mais, Dantas (2007, p.28) afirma que é por meio do pertencimento a um grupo que o indivíduo em situação de rua muitas vezes consegue estabelecer uma sociabilidade positiva, possibilitando recuperar sua identidade através do reconhecimento de seus valores pelo grupo.

Portanto, é possível afirmar que durante a execução do projeto de intervenção pode-se desenvolver juntamente com os usuários relações de convivência social, confiança e afetividade, onde o Centro POP, em determinado espaço e tempo, se tornou um local de trocas de experiências e conhecimento pela vivência, transformando-se em um lugar de conversas e práticas de lazer, ainda que de forma limitada.

Com isso, pode-se afirmar que o projeto de intervenção e sua prática exigiu dos usuários envolvimento, criatividade, autonomia, e despertou também criticidade, habilidades e potencialidades. As atividades possibilitaram conhecer mais o outro, seus sentimentos, sua cultura, seus desafios, até mesmo suas histórias de vida, logo foi possível estimular o diálogo entre o grupo, a autoestima e relações coletivas.

A relação entre lazer e sociabilidade foi percebida em diversas falas dos usuários participantes do projeto, no sentido que estes destacaram, muitas vezes, aspectos associados ao prazer, bem estar e de convivência com outras pessoas. Nesse sentido, a partir das considerações dos mesmos, nota-se que a relação de sociabilidade possibilitada pelas práticas de lazer podem promover um senso de coletividade, indo em contramão ao individualismo.

Outro ponto importante foi a necessidade de levar em consideração as particularidades de cada participante, na tentativa de aprender democraticamente com as diferenças, para que não se torne uma atividade individualista e competitiva, pois um dos objetivos específicos do projeto foi tentar proporcionar melhor integração.

Portanto, é possível afirmar que tanto o futebol quanto a dança proporcionaram, mesmo com limites, oportunidades para experiências emocionais agradáveis que, muitas vezes são excluídas do cotidiano deste segmento. Essas atividades de cunho educativo se relacionam com o que Mascarenhas (2000) denomina de propostas de lazer-educação com grupos sociais:

[...] Proporcionar meios e condições aos sujeitos envolvidos para que se sintam capazes de refletir, em meio ao conjunto de atividades a serem realizadas, sobre suas atuais condições de vida e sobre a sociedade brasileira em seus diversos aspectos; possibilitar ao grupo a apreensão dos conteúdos do lazer como experiências e manifestações de uma cultura e como possível instrumento de ligação com sua realidade objetiva; incentivar a participação criativa para a tomada de decisões que correspondam à necessidade de organização, fortalecimento e conscientização do grupo; garantir a reflexão acerca do significado das regras e valores necessários à convivência coletiva estimulando o reconhecimento do grupo enquanto um espaço de construção e afirmação de identidades (MASCARENHAS, 2000, p.49).

Além do mais, a partir das breves considerações dos usuários do Centro POP em relação ao projeto, é possível perceber certa preocupação quanto à redução do uso de drogas para realização das atividades, bem como no futebol. Segundo os autores Oliveira, Sampaio e Saldanha (2015):

Para além da mera remoção, portanto, o serviço deve se ater à singularidade das condições e possibilidades da situação. Especificamente sobre o consumo de substâncias psicoativas isso irá possibilitar a elaboração de ações específicas que visem à redução no uso sem necessariamente buscar internação em uma comunidade terapêutica, aderência a tratamento com remédios psicotrópicos e abstinência total (OLIVEIRA; SAMPAIO; SALDANHA, 2015, p.228).

O autor Junior (2015, p.38) destaca quatro itens prováveis de alcançar ao associar o lazer com o esporte, o primeiro refere-se à **inclusão**, pois cria-se condições e oportunidades, desenvolve-se habilidades e competências que possibilitem compreender, transformar, criticar e usufruir as diferentes práticas.

O segundo item consiste na **diversidade**, pois torna-se possível perceber, conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças entre pessoas no que se refere à raça, etnia, religião, gênero, habilidades e entre outros. Entendendo a diversidade como oportunidade de aprender com as diferenças, favorecendo o aprendizado da convivência com o distinto, desconhecido e a aprendizagem compartilhada, com a variabilidade de objetivos, gestos, pessoas, regras e materiais.

Foi possível observar este item no futebol, pois participaram usuários de diferentes idades, incluindo dois idosos, habilidades e experiências diferentes e até mesmo dois estrangeiros, os quais alguns usuários apresentaram dificuldade de compreendê-los. Como citado anteriormente, ocorreram divergências particularmente em relação a “falta” de habilidade de alguns usuários, porém, ao longo das “partidas” de futebol foi criando-se um espaço de identificação e constituição de vínculos afetivos, sobretudo, de aceitação das diferenças.

No terceiro item, **construção coletiva**, é o momento da experimentação da atividade democrática, de tomar decisões em conjunto, considerando seus interesses, suas necessidades e assumindo responsabilidades pelos combinados que realizam. O autor destaca que ao criar condições para que todos participem, sendo indiferentes as suas habilidades e limitações, ou quaisquer outros aspectos referentes à diversidade humana, abre-se um espaço de interações em que, certamente, emergirão conflitos de diferentes ordens, como técnicas, táticas, sociais, culturais, morais e entre outras. Dessa forma, é possível estimular o pensamento crítico e coletivo, para resolução desses diferentes conflitos.

Assim, pressupõe que a dança foi uma atividade essencial para atingir este item, considerando que a participação masculina ainda é bastante limitada em virtude de um contexto historicamente dominante estigmatizado que encontra-se presente nas relações de gênero.

O que se pode observar a partir das considerações dos usuários do sexo masculino, no início houve certa resistência em relação aos movimentos realizados durante a dança, como por exemplo, os movimentos de quadril, alguns usuários mencionaram que esses movimentos não são considerados masculinos, desconsiderando a multiplicidade do corpo e suas possibilidades de expressão.

Por isso, faz-se necessário um trabalho de conscientização com diversas atividades diferenciadas sobre as diferentes formas de preconceito, para que o usuário perceba a importância de respeitar e reconhecer as diferenças existentes em nossa sociedade. Embora tenha ocorrido tal resistência, ao longo das ações foi possível refletir juntamente com a estagiária de Serviço Social, educador físico e usuários sobre o preconceito e estereótipos na dança decorrentes de uma visão machista sobre si e sobre os outros.

Por último, **autonomia**, consiste na capacidade de todos os envolvidos, em analisar, avaliar, decidir, promover, opinar e organizar sua participação e de outros nas diversas práticas de lazer consciente e criticamente.

Neste item, cabe mencionar o surgimento de algumas lideranças ao longo das atividades, especialmente o futebol. Destacam-se dois usuários participantes que em vários momentos expressaram a representatividade do grupo. Por exemplo, além da estagiária de Serviço Social, alguns usuários tentaram realizar articulações com educadores físicos que possuem aproximação ao MNPR. Além disso, houve tentativa desses dois usuários de articulação com a Fundação Municipal de Esporte e Lazer do município.

De acordo com os relatos expostos pelos usuários, pode-se notar que muitos não apresentavam qualquer vínculo aos assistentes sociais e psicólogos do Centro POP, ou seja, alguns mencionaram que nunca passaram por acolhimento, entrevista, escuta qualificada ou nem sequer conheceram os profissionais. De acordo com o Caderno de Perguntas e Respostas para Pessoas em Situação de Rua (2011):

Para melhor definição das ações a serem concretizadas junto à sua população de usuários, este Serviço deve estar sintonizado com as necessidades específicas das pessoas em situação de rua da localidade em que atua. Dessa forma, a equipe do Serviço deverá considerar, dentre outras coisas, a história da localidade, suas relações e redes sociais, suas dificuldades e, principalmente, as potencialidades e capacidades. Ao partir de um profundo respeito a essa realidade, a equipe deverá buscar a construção de vínculos de

confiança, de modo a somar esforços para o melhor atendimento a essa população (BRASIL, 2011, p.43).

Considera-se então, que o projeto foi um fator determinante para conhecer melhor os usuários, pois em consequência disso, criou-se um vínculo de confiança entre a estagiária de Serviço Social e usuários participantes. Dessa forma, concorda-se com Reina (2017) no que se refere ao diálogo e vínculo estabelecido entre o usuário e profissional:

É extremamente importante essa interlocução entre os sujeitos envolvidos, a fim de conhecer quem são os usuários que frequentam a Instituição, e também para que possam se apropriar sobre as questões que permeiam o ambiente de trabalho (REINA, 2017, n.p).

5.2. Limites sócio-institucionais ao lazer e esporte

Para a realização de ações voltadas ao lazer, entende-se a necessidade do município em ter uma política pública de lazer definida, na tentativa de superar a visão simplista do lazer como “tempo livre” e reconheça-o como um direito social. Sendo assim, foi possível identificar três causas da falta de oferecimento de lazer no Centro POP.

Concorda-se que a primeira dificuldade encontrada é a falta de diálogo e interação entre os demais setores. Assim como destacam os autores Martins e Zaidan (2017, n.p) “a implementação da intersetorialidade como uma estratégia alternativa de gestão social necessita de uma integração entre as políticas públicas, portanto a construção de diálogos institucionais, é necessária”.

Dessa forma, ao tentar realizar contato com a FMEF de Florianópolis na tentativa de estabelecer parceria e ações em conjuntos para realização do projeto, observa-se a dificuldade de articulação e comunicação com o setor.

Outro limite identificado é a dificuldade de acesso aos materiais básicos para execução do projeto, por exemplo, cartuchos de tintas de impressora, copos plásticos para beber água durante as ações ou até mesmo a falta de água que aconteceu em um momento e impossibilitou a execução da atividade. Entende-se que os desafios são diversos no que se refere na ausência de condições objetivas para a realização da prática profissional. No entanto, reconhece-se que as dificuldades apontadas não são

uma realidade exclusiva da Instituição, e sim, um reflexo das inúmeras formas de precarização do trabalho.

Na terceira, tem-se a estrutura física do Centro POP, como mencionado anteriormente, o espaço pertence a Secretaria Municipal de Turismo da cidade, portanto, não foi planejada de forma para atender as necessidades e demandas deste segmento. Neste caso, os improvisos são constantes no cotidiano institucional, por exemplo, as salas de atendimentos que se tornam camarote durante o carnaval, não garantem totalmente a privacidade e sigilo do usuário, pois em determinados momentos é possível ouvi-lo da sala ao lado.

Portanto, o poder público tem falhado cada vez em garantir o mínimo do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo muitas vezes o principal violador de direitos da PSR. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do Centro POP (2011):

Para o efetivo funcionamento da Unidade e alcance dos objetivos do(s) Serviço(s) ofertado(s), deve-se assegurar a provisão de espaço físico adequado e materiais necessários à execução das ações a serem desenvolvidas. O Centro POP deve ser implantado em edificação com espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, não devendo, portanto, ser improvisado em qualquer espaço (BRASIL, 2011, p.47).

Além do mais, não há como desassociar as dificuldades de concretização do lazer e demais políticas com a atual conjuntura, pois há uma tendência de um poder público menos democrático e menos atuante no campo das políticas sociais, por exemplo, a redução de financiamento dos serviços públicos. Em consequência disso, percebe-se a transferência de responsabilidade do poder público para a sociedade civil, pois muitas vezes a PSR acaba dependendo de grupos e/ou instituições filantrópicas de caráter religioso, como vêm acontecendo no Centro POP durante os finais de semana⁸.

Portanto, ao desresponsabilizar o Estado abre-se uma lacuna para responder as expressões da questão social por meio de práticas assistencialistas e filantrópicas, para Montaño (2002, p.55) isto “acaba com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso”.

⁸ Desde o segundo semestre de 2017 o espaço físico do Centro POP foi assumido por voluntários durante os finais de semana. São realizadas ações voluntárias, como banho, corte de cabelo e alimentação para pessoas em situação de rua.

5.3 O lazer e o esporte e a construção da participação social no exercício profissional do assistente social

Frente a esses desafios, o papel do assistente social é de extensa importância para intervenção na luta constante pelo enfrentamento das mazelas sociais, propondo e criando maneiras criativas de ações por meio do acionamento das políticas sociais e desenvolvimento de projetos que contribuam com o acesso aos direitos dos usuários, possibilitando a inclusão na tentativa de garantir aos indivíduos exercitarem a cidadania. Assim como destaca alguns dos princípios fundamentais do código de ética de 1993:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 1993, p. 23).

Desta forma, faz-se necessário pensar que o lazer se torna um espaço materializado pela intervenção dos assistentes sociais na medida em que este se torna um direito afirmado na Constituição Federal de 1988 e passa a ser alvo de políticas sociais.

Reconhece-se também a importância do assistente social “na participação, na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (CFESS, 2009, p.16), e que reforce nestes espaços valores que identifiquem o lazer como direito social e universal, afirmando princípios emancipatórios.

Além do mais, faz-se necessário a implementação do trabalho intersetorial no exercício profissional do assistente social, como estratégia de desenvolver o trabalho de forma articulada com outros setores da rede de serviços do município, criando e pensando alternativas possíveis no enfrentamento e na construção de soluções frente as demandas e desafios apresentados.

Outra possibilidade na intervenção do assistente social é potencializar a participação popular, com destaque o MNPR, permitindo que os usuários construam de forma coletiva as políticas de lazer. Portanto, é de suma relevância priorizar esta

participação desde o que se refere ao processo de formulação e, até mesmo, na execução das políticas, na busca de identificar alternativas de lazer para PSR como parte do seu cotidiano, sua cultura, seu modo de viver e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que durante o processo de formação em Serviço Social pela UFSC foi possível participar de inúmeros debates, discussões e assuntos atrelados a profissão que contribuíram com o senso crítico, rompimento de pré-conceitos e puderam despertar maior interesse em determinadas áreas.

Entretanto, durante os quatro anos e meio de graduação, pode-se perceber também a falta de discussões acerca da população em situação de rua e, sobre, o lazer. Enquanto acadêmica de Serviço Social reconheço que o interesse em discutir esta temática surgiu em virtude da inserção no campo de estágio, realizado no Centro POP durante o período de agosto de 2016 a dezembro de 2017.

A partir da inserção, teve-se que pensar em um projeto de intervenção, o que não foi uma tarefa fácil, pois requer pensar e problematizar o exercício profissional do assistente social, na tentativa de identificar e analisar as demandas dos usuários e da Instituição.

Ao aproximar-se cada vez mais com o espaço sócio ocupacional do assistente social, com os desafios, dificuldades, possibilidades, os embates do dia a dia e entre outros, foi possível identificar por meio das manifestações dos usuários, muitas vezes feitas pelos corredores, durante os atendimentos e assembleias, a falta de um espaço que possibilite ações voltadas para o lazer.

Cabe ressaltar que esses desafios estão ligados diretamente com as condições precárias de trabalho que os assistentes sociais do Centro POP lidam diariamente desde o que se refere o alto número de demandas, acúmulo de funções, baixa remuneração, falta de materiais básicos e instalações físicas, intensificação da jornada de trabalho, pois muitos profissionais costumam ficar após o seu horário de trabalho para resolver determinadas demandas.

Neste caso, se reconhece que o número de assistentes sociais inseridos neste espaço é insuficiente para responder todas as demandas que chegam à instituição e todos esses fatores repercutem negativamente sobre as ações do profissional. Entretanto, é importante mencionar a pouca participação e aproximação desses profissionais no que diz respeito a execução do projeto de intervenção.

Dessa forma, surge o interesse em discutir o direito ao lazer desse segmento a partir da experiência proporcionada pelo projeto executado no Centro POP de Florianópolis. No entanto, ao realizar as primeiras buscas sobre o tema, eis a primeira insegurança: poucas pesquisas bibliográficas acerca da temática lazer e serviço social, principalmente ligados à PSR.

Primeiramente, o que se coloca em questão é a falta de discussões sobre determinados temas, visto que o lazer é considerado um direito social previsto na Constituição Federal de 1998, portanto, cabe ao assistente social discuti-lo e defende-lo. Assim, concorda-se com os autores Melo e Peres (2005) ao destacarem que assuntos como lazer e cultura muitas vezes são entendidos como segundo plano.

Em segundo lugar, concorda-se que existe certa banalização das discussões sobre o direito ao lazer, se comparadas as demais políticas, por exemplo, é possível encontrar inúmeras pesquisas sobre o exercício profissional do assistente social na área da saúde e assistência social. Por outro lado, é importante reconhecer que estes são considerados campos de maior atuação deste profissional.

Portanto, considera-se visíveis os avanços em relação as discussões sobre o lazer, mas compreende-se que ainda é pequena a contribuição ofertada pela área de Serviço Social. Além do mais, existe uma grande carência nas ações governamentais que caracteriza o lazer em seus programas e não o efetivam enquanto direito social.

Pensar no direito ao lazer da PSR é uma tarefa mais difícil ainda, pois necessita refletir o conceito que se tem sobre o lazer na sociedade capitalista, que é pautada na lógica do lucro e consumo, e requer também, discutir a exclusão causada por essas contradições. E, ainda, para além do conceito de lazer, a frágil construção de políticas sociais e mecanismos para assegurar este direito constitucional.

Em uma sociedade dividida em classes sociais, onde uma classe detém e se apropria dos bens produzidos socialmente, torna-se relevante pensar nos obstáculos encontrados pela outra parcela da sociedade que depende de ações governamentais na implementação de políticas públicas que “garantam” minimamente a repartição das riquezas geradas pelo trabalho da classe trabalhadora. Assim, conforme as análises apresentadas neste trabalho, observa-se que o fenômeno PSR é uma expressão resultante das relações sociais capitalistas que desenvolvem a partir da relação

capital/trabalho. Como destaca Silva (2009), este fenômeno cresce como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa.

Embora, tenha-se a afirmação constitucional do direito ao lazer e do compromisso que se impõe para sociedade e para o Estado no sentido de desenvolver ações que promovam a cidadania e garanta este direito a todos, as condições de precariedade e privação de direitos em que vive a PSR exige que se busque alternativas e estratégias constantes para acessá-lo.

Compartilha-se da ideia de Andrade (2006) ao referir-se que existe desigualdade no acesso ao lazer em virtude de uma imposição econômica e social, demonstrando uma clara relação opressora da classe detentora dos meios de produção sobre a classe trabalhadora. Portanto, o lazer não pode ser compreendido de maneira homogênea, como se todos pudessem usufruí-lo de uma mesma maneira.

Pensar no direito ao lazer exige também refletir sobre o espaço, ainda que existam espaços públicos de lazer no município de Florianópolis, o que se pode observar é a localização desses espaços, no qual demarca a divisão de classes, determinando quem terá mais acesso a eles. Dessa forma, como pensar na democratização desses espaços em uma sociedade capitalista que se promove cada vez mais a segregação.

A PSR vivencia diariamente os embates e conflitos na busca de um espaço na cidade, no que diz respeito ao lazer, muitas vezes ocorrem adaptações quanto esses espaços, como forma de estratégia para acessá-los.

Além do mais, observa-se que em Florianópolis são poucas ações de reconhecimento da PSR nas políticas públicas que promovam a igualdade desses sujeitos no acesso aos seus direitos e oportunidades. Portanto, considera-se uma certa incapacidade ou dificuldade do poder público em lidar com as demandas desses sujeitos, além de reforçar a punição ao indivíduo pela sua própria situação.

No que se refere ao projeto de intervenção, fator determinante que instigou a pesquisa deste trabalho e oportunizou um aprendizado crítico a partir da realidade de cada sujeito participante. A experiência desse processo permitiu compreender o potencial que o lazer tem para construir relações de sociabilidade e até mesmo de autonomia. Nesse sentido, considera-se que um dos objetivos propostos para este

trabalho foi alcançado, sendo possível refletir sobre o lazer da PSR a partir do projeto de intervenção, no qual foi se tornando um espaço para além das ações de lazer e esporte, aos poucos foi se tornando um momento de apoio para o enfrentamento das dificuldades, troca de experiências e fortalecimento de vínculos, mesmo que de forma limitada.

Dessa forma, as relações sociais foram se estabelecendo de acordo com as diferenças, semelhanças, experiências e sentimentos comuns que caracterizaram e aproximaram esses sujeitos de maneira que eles puderam obter uma consciência coletiva acerca de seus interesses e direitos.

Cabe também ao assistente social enxergar alternativas e possibilidades além do seu cotidiano profissional, por exemplo, no que se refere ao lazer, investigar o que a PSR têm produzido e o que já produziu de alternativas, conhecer as experiências que transmitem valores emancipatórios e coletivos no seu tempo e espaço de lazer, permitindo tanto para fortalecer as alternativas já existentes como para estimular a criação de novas formas de vivência de lazer.

Assim como destaca Faleiros (2014) é necessário levar em considerações as condições de trabalho e ao mesmo tempo os interesses, os desejos e as demandas da população, que podem ser pessoais e coletivas, exigindo uma diversidade de intervenções e ações com estratégias complexas.

No que diz respeito aos demais objetivos propostos para o TCC, embora tenha-se discutido de forma breve o direito ao lazer da PSR, tem-se como sugestão aprofundar esta pesquisa na busca de pensar a prática do assistente social no âmbito do lazer, com destaque a PSR, identificando os limites ligados a própria vivência do lazer na sociedade capitalista. Assim, faz-se necessário ouvir a PSR no intuito de compreender as práticas de lazer realizadas na rua e nas Instituições, suas principais dificuldades de acesso, atividades que gostariam que tivessem no município, dentre outros.

Observa-se também a ausência e fragilidade da política de lazer com políticas de outras áreas, destacando mais ainda a dificuldade do poder público e profissionais em consolidar ações que englobem a intersetorialidade e integração em rede das políticas sociais.

Diante do exposto, não buscou-se encerrar a discussão acerca do lazer enquanto direito social da PSR, espera-se abrir caminhos para maior amadurecimento no intuito de enriquecer para além desta pesquisa, o exercício profissional dos assistentes sociais, ampliar os serviços prestados pelas políticas sociais e, principalmente, a melhoria das condições de vida da população em situação de rua, no reconhecimento e garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José. **Implementação de uma política de lazer para a cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST):** relato de pesquisa-ação. p. 213 – 259, 2006.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Perguntas e Respostas para População em Situação de Rua.** Volume II. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a população em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua.** Volume III. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. **Política Nacional do Esporte.** Brasília: ME, 2005.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Questão Social e Direitos.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.

CÂNDIDO, F.R; JINKINGS, N. **Reestruturação Produtiva e Investigação do Lazer como Mercadoria.** Revista Motrivivência, nº 35, p. 79-98, 2010.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social - Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais** Brasília [DF], 2011.

DANTAS, Mônica. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios.** Rio de Janeiro, 2007.

FALEIROS, V.P. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios.** Serv. Soc., São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

FRANCO, Sílvia; SANTOS, Flávia. **Sobre Lazer e Políticas Sociais: Questões Teórico conceituais**. Revista Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2000.

Instituto Comunitário Grande Florianópolis. **Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis**, maio de 2017. Acesso em: fev. de 2018. Disponível em: <<http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Diagn%C3%B3stico-Social-Participativo-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-na-Grande-Florian%C3%B3polis.pdf>>

JUNIOR, Adriano, J.R. **Projeto Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional**, p. 21-66. In: Esporte Educacional - A experiência do Centro de Referência Esportiva de Rio Grande. Florianópolis: Insular, 2015.

Jornal Notícias do Dia. **Parceria público privada pode ser alternativa para revitalizar parque de Florianópolis**. Acesso em: dez de 2017. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2017/07/parceria-publico-privada-pode-ser-alternativa-para-revitalizar-parque-de-florianopolis/>>

LEMOS, E.M.B.C; DANTAS, E.R; CHAO, C.H.N. **De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades de bairro**. Campina Grande: EDUEPB, 2009. Acesso em: abr de 2018. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ggfcg/pdf/lemos-9788578791223.pdf>>

MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política: o processo de produção do capital**. Livro I. Editora Boitempo. Acesso em: mar de 2018. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf>

MARCELLINO, Nelson, C. **Estudos de Lazer: uma Introdução**. Editora Autores Associados. São Paulo, 1996.

_____. **Lazer e educação**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

_____. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba, PR: 2007.

MARTINS, V; Z Aidan, L.S.G. **O trabalho do assistente social frente as demandas intersetoriais**. UFMA, 2017. Acesso em: 03 de jun de 2018. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/otrabalhodoassistentesocialfr enteasdemandasintersetoriais.pdf>

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude**. Goiânia: Ed. UFG, 2004

_____. **Lazer e Grupos sociais: concepções e método**. Campinas, São Paulo, 2000. Acesso em: 03 de jun de 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275398/1/Mascarenhas_Fernando_M.pdf>

MELO, Marcelo, P. **Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, maio/agosto de 2004.

MONTAÑO, Carlos, E. **O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'**. Revista Lutas Sociais, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-65, 1. sem. 2002.

OLIVEIRA, R; SAMPAIO, S,S; SALDANHA, W, S. **Redução de danos no atendimento a sujeitos em situação de rua**. Argumentum, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 221-234, jul./dez. 2015.

PADILHA, Valquíria. **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Shopping Center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado**. Campinas, SP: [s.n], 2003.

PINA, Luiz, W. Os equipamentos de lazer como cenários das experiências e das atividades no tempo livre. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 52-69, jan./abr. 2017.

PELLEGRIN, Ana. **Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas**, p. 104-125, 2006.

PERES, F.F; MELO, V.A. **Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro**. Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - N° 93 - Fevereiro de 2006.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Relatório do Projeto Contagem da População em Situação de Rua**, 2015.

_____. **Lei Orgânica de Florianópolis.** Palácio Dias Velhos, 05 de abril de 1990.

RECHIA, Simone. **Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade.** In: O Direito social ao lazer no Brasil / Christianne Luce Gomes e Hélder Ferreira Isayama, (Org.). – Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

REINA, C.P.U.C. **Diário de campo: reflexões acerca do campo de estágio realizado na IDES.** Florianópolis, 2017.

SANTANA, Renata, L.F; ALVES, Josemery, **Apropriação e uso dos espaços de lazer da população Curraisnovense.** Revista Licere, n.3, 2014. Belo Horizonte.

SILVA, Maria Lopes. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005.** Brasília, 2006.

_____. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** In: Revista Temporalis. n. 3.). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.